

Os campos de integração em Delos no período helenístico (167-69 a.C.): apontamentos para uma História Antiga Global

Fábio Augusto Morales *

MORALES, F. Os campos de integração em Delos no período helenístico (167-69 a.C.): apontamentos para uma História Antiga Global. R. Museu Arq. Etn. 38: 25-43, 2022.

Resumo: Este artigo discute, do ponto de vista teórico e historiográfico, o problema da relação entre as cidades e os processos de integração no período helenístico na chave da História Antiga Global. Para isso, está dividido em cinco partes: uma breve apresentação do problema a partir do caso de Delos no período helenístico; o balanço crítico da historiografia sobre as cidades helenísticas nas últimas décadas; a análise de duas propostas de modelos interpretativos (de Vlassopoulos e Guarinello) para a história das globalizações/processos de integração na antiguidade; a proposição de um modelo centrado na categoria de campo; um exercício de aplicação do modelo proposto ao caso de Delos durante a Segunda Dominação Ateniense (167-69 a.C.). O texto argumenta pela utilidade da categoria de campo, inspirada nas reflexões de Bourdieu e associada às propostas acima mencionadas, para a reflexão sobre a complexidade dos processos de integração sem perder de vista as sociedades enquanto totalidades.

Palavras-chave: Delos helenística; Campos de integração; História antiga global.

Introdução

No livro terceiro de sua *Descrição da Grécia*, Pausânias descreve o santuário de Apolo em Epidélio, localidade próxima da Lacônia. No santuário havia uma estátua de Apolo em madeira, dedicada originalmente em Delos, ilha na qual, segundo mito, Leto dera à luz a Apolo, apesar dos esforços de Hera. Pausânias conta que, durante o saque de Delos pelas tropas de Mitridates em 88 a.C., alguns bárbaros “tomados pela desmedida” lançaram a estátua ao mar; as ondas a teriam levado à localidade que seria, por isso, chamada de Epidélio, “Delospróxima” (Pausânias, 3.23.4).

Este seria o ponto final de uma longa história de flutuação: da ilha, que se fixou no seio das Cíclades somente após o parto de Apolo; de seus mortos, transferidos para a vizinha Renéia durante a “purificação” de 426/5 a.C. levada a cabo pela então imperial Atenas; e de seus cidadãos, que dispersaram pelo Peloponeso após serem expulsos em 167/6 a.C., quando a ilha foi convertida em porto franco administrado por Atenas por decisão do Senado romano. Comentando o saque, Pausânias diz que, à época,

Delos, sendo o mercado dos gregos e aparentando oferecer segurança aos mercadores por causa do deus, Menófilo, estrategista de Mitridates, seja por arrogância, seja por ordem de Mitridates – pois para um homem

* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. <fabio.morales@ufsc.br>

que busca o ganho, o divino vem depois do lucrativo – assim Menófilo, sendo Delos não fortificada e seus homens desarmados, navegou para lá e matou tanto os estrangeiros quanto os delianos que lá estavam. Então saqueou uma grande quantidade de dinheiro dos mercadores e todas as oferendas, escravizando as mulheres e crianças, e reduziu Delos às suas fundações. (Pausânias, 3.23.3)¹

A caracterização de Delos como “mercado dos gregos”, em Pausânias, ecoa a memória do período de maior desenvolvimento urbano e comercial de Delos, entre as décadas de 160 e 80 a.C.². Enquanto Políbio (30.20, 30.31) afirmava, em meados do século II a.C., que a razão da prosperidade deliana advinha do declínio de Rodes (devido tanto à diplomacia anti-ródia romana quanto da isenção fiscal no porto deliano), Estrabão (10.5.4), no século I a.C., derivada da destruição de Corinto em 146 a.C. pelas tropas romanas. Seja como for, Delos se tornará um dos principais

1 “*Τῆς γὰρ Δήλου τότε ἐμπορίου τοῖς Ἑλλήσιν οὐσῆς καὶ ἄδειαν τοῖς ἐργαζομένοις διὰ τὸν θεὸν δοκούσης παρέχειν, Μηνοφάνης Μιθριδάτου στρατηγὸς εἶτε αὐτὸς ὑπερφρονήσας εἶτε καὶ ὑπὸ Μιθριδάτου προστεταγμένον — ἀνθρώπων γὰρ ἀφοροῦντι ἐς κέρδος τὰ θεῖα ὕστερα λημμάτων—, οὗτος οὖν ὁ Μηνοφάνης, ἅτε οὐσῆς ἀτειχίστου τῆς Δήλου καὶ ὅπλα οὐ κεκτημένων τῶν ἀνδρῶν, τριήρεσιν ἐσπλεύσας ἐφόνευσε μὲν τοὺς ἐπιδημοῦντας τῶν ξένων, ἐφόνευσε δὲ αὐτοὺς τοὺς Δηλίους: κατασῦρας δὲ πολλὰ μὲν ἐμπόρων χρήματα, πάντα δὲ τὰ ἀναθήματα, προσεξάνδραποδισάμενος δὲ καὶ γυναῖκας καὶ τέκνα, καὶ αὐτὴν ἐς ἔδαφος κατέβαλε τὴν Δήλον.*”

2 A primeira grande obra dedicada ao período da “Segunda Dominação Ateniense” foi publicada por Pierre Roussel pouco tempo depois das “grandes escavações” da École Française d’Athènes na primeira década do século XX (Roussel 1916), e permanece referência incontornável. Atualizações críticas apareceram nos diversos números da série *Éxploration Archéologique de Delos* voltadas a conjuntos documentais do período, sintetizadas, em grande medida, nas diferentes edições do *Guide de Delos* (Bruneau & Ducat 2005) e nos estudos de Bruneau nos anos 1960 e 1970. Recentemente, os estudos de Étienne (2018, 2019), Véronique Chankowski (2020a, 2020b), Hasenohr (2012, 2015), Fraisse (1983, 2020), Fraisse e Fadin (2020), Marc (2000), Trümper (2011), Karvonis (2008) e Zarmakoupi (2018), entre muitos outros, trouxeram elementos novos para uma interpretação geral do período que, ao meu conhecimento, ainda não foi delineada. Um balanço bibliográfico dos estudos e debates recentes será objeto de outro texto.

centros comerciais do Mediterrâneo oriental, evidenciado seja pela intensidade do comércio (Estrabão estimava cerca de dez mil pessoas sendo negociadas por dia), seja pela quantidade impressionante de vestígios arquitetônicos, epigráficos e escultóricos encontrados nas escavações francesas contemporâneas, em sua maioria datados do final do século II a.C., que mostram que a ilha tornou-se foco da migração de mercadores de diferentes partes do Mediterrâneo, em particular da Itália, Egito, Síria e Fenícia.

A tradição antiga e a arqueologia contemporânea consolidaram, assim, Delos no lugar de símbolo de metrópole comercial seja nos manuais gerais, seja nos estudos específicos. Citando apenas estudos recentes, podemos elencar o livro de K. Vlassopoulos sobre os mundos, as globalizações e glocalizações nas relações entre gregos e bárbaros, onde o autor caracteriza Delos como “a melhor evidência para como um empório internacional helenístico deveria parecer” (Vlassopoulos 2013: 303). Guarinello, em seu livro sobre a integração, as ordens e as fronteiras mediterrânicas, exemplifica o modo como o imperialismo romano reordenava os fluxos dos territórios conquistados citando Delos, “principal entreposto do Egeu, o maior centro do tráfico de escravos e onde mercadores itálicos, sobretudo da Campânia, se tornaram cada vez mais presentes” (Guarinello 2013: 129). Gates, em seu manual de arqueologia das cidades antigas, define Delos helenística como a “Singapura ou Hong Kong do Mediterrâneo oriental” (Gates 2011: 300). Karvonis conclui em seu minucioso levantamento arqueológico dos espaços do comércio deliano caracterizando como “cidade comercial”, “não somente ‘empório comum dos gregos’, mas de todo Mediterrâneo oriental” (Karvonis 2008: 219). Zarmakoupi conclui seu capítulo de síntese de sua refinada análise do urbanismo deliano no século II a.C. classificando Delos como uma “‘cidade comercial’, para usar o conceito de Max Weber – uma cidade mantida por seu comércio, cuja organização e forma foram inclusive moldadas vis-à-vis as atividades de manuseio e transporte bem como

a microeconomia que se desenvolveu junto delas” (Zarmakoupi 2018: 38). Os exemplos poderiam seguir até à exaustão, mas aqui basta estes exemplos para delimitar a permanência de um *topos* de longuíssima duração.

Não é objetivo deste texto negar o papel do comércio no desenvolvimento urbano de Delos, ou mesmo reduzir a importância de seu mercado e sua população multiétnica como exemplo das redes do período helenístico – o que seria absurdo. No entanto, a ênfase no comércio acaba por exercer um efeito metonímico, reduzindo Delos ao empório. Ora, como o trecho citado de Pausânias deixa claro, Delos era o grande empório, mas também o grande santuário (ainda que o deus, diferente do que ocorreu em Delfos séculos antes, não tenha protegido a ilha a contento), e um lugar suficientemente importante do ponto de vista geopolítico para ser arrasado por um rei opositor a Roma. O objetivo deste texto, deste modo, é discutir como os diferentes *modos de ser no mundo* da cidade de Delos no século II a.C. se manifestam no espaço urbano, e como tais manifestações reproduzem estes modos de ser. Para isso, entretanto, não realizarei um estudo exaustivo das intervenções urbanas em Delos entre 167 e 69 a.C., cuja realização demandaria não apenas mais espaço (no tempo) quanto mais tempo (de estudo). De modo algo preliminar e esboçando um caminho possível para uma História Antiga Global (Morales & Silva 2020), proponho neste texto uma reflexão sobre as categorias que articularam a historiografia sobre as cidades helenísticas e suas relações com os mundos nos quais se inseriam, sem perder de vista suas existências enquanto totalidades sociais. Para tanto, inicio o texto com um panorama da historiografia das cidades helenísticas nas últimas décadas, para logo passar à discussão de duas propostas teóricas recentes (de Vlassopoulos e Guarinello) para a escrita da história das globalizações ou processos de integração no Mediterrâneo antigo. Esta discussão fundamenta a elaboração de um modelo de análise baseados nos “campos de integração”, cujos marcos teóricos são delineados brevemente e exemplificados com uma discussão dos diferentes campos pelos

quais a sociedade deliana tardo-helenística se integrava nos mundos possíveis. Na conclusão, sintetizo o percurso do texto e aponto para perspectivas futuras.

As cidades helenísticas e as narrativas historiográficas

Começemos pela historiografia das cidades helenísticas. A narrativa é bem conhecida: as cidades gregas, cenários do “milagre grego” (a invenção da filosofia e da arte clássica), são retratadas como organismos vivos que nascem no período arcaico, atingem a maturidade no clássico, a velhice no helenístico e entram em coma no imperial. Sua vitalidade é medida a partir de uma noção difusa de liberdade, tanto no plano externo, pela soberania nas relações com outros estados, quanto no interno, pela participação cívica nas instituições poliades. Neste paradigma biológico, as cidades gregas, em sua infância arcaica, teriam vivido as turbulências naturais do nascimento de suas instituições, entre tiranos e legisladores; em sua maturidade clássica, seriam os grandes agentes das relações internacionais e experimentariam a máxima expressão de suas instituições, tendo na rivalidade entre Atenas e Esparta sua máxima expressão; na velhice helenística, sua soberania externa seria solapada pelas ações das monarquias e ligas helenísticas, enquanto o interesse privado se sobreporia ao público nas preocupações de seus cidadãos; no coma imperial, seriam transformadas em meras cidades provinciais, exercendo os papéis tanto de entreposto fiscal quanto de vitrine da propaganda romana. Nas palavras de Leonardo Benevolo em seu influente manual de história do urbanismo:

Se a cidade como organismo físico é a imagem do corpo social, devemos reconhecer que a independência das cidades-estado e a medida limitada de seu desenvolvimento são condições indispensáveis dos outros valores; quando toda a Grécia é unificada por Filipe da Macedônia, acaba também o equilíbrio autônomo das sociedades urbanas e seu cenário construído (Benevolo 2011: 127).

Vejam os mais de perto o papel do período helenístico no paradigma biológico da história das cidades gregas³. O fim da liberdade e consequente declínio das cidades se manifestou na primazia do privado sobre o público, do individual sobre o coletivo, do exótico sobre o tradicional, não apenas na prática política, mas também na arte e na religião: Pollitt via sinais do declínio na preocupação de escultores com “estados individuais como o medo, a dor, a embriaguez ou a excitação erótica”, com as “experiências e valores pessoais, e não comunitários (Pollitt 1993: 90).

Sendo o declínio tão retumbante, seria de se esperar que ele também fosse visível no traçado urbano. Neste ponto, o paradigma encontra uma aporia: grande parte dos traçados planejados (e por isso, supostamente “racionais”) escavados em cidades gregas datam do período helenístico, e centros urbanos de fato monumentais aparecem somente no período helenístico e imperial. A solução da historiografia, como Dickenson (2012: 26) eloquentemente apontou, foi a sugestão de que os desenvolvimentos positivos do período helenístico são resultado de elaborações anteriores, enquanto os “negativos” são sinais do declínio. Assim, Roland Martin, em sua obra de referência sobre a ágora grega, sugeriu que a emolduração da ágora por meio de stoas (a “ágora jônia”) do período helenístico era a aplicação da invenção de Hipódamo de Mileto no século IV; a formação de ágoras fechadas (como a Ágora dos Italianos em Delos) transformaria o espaço cívico em um edifício, sinal supremo de que a “pólis foi esvaziada de seu conteúdo” (Martin 1951: 375). Pesquisadores da *American School of Classical Studies at Athens*, tais como Shear Jr. e Wycherley corroboraram esta visão, identificando nas ágoras fechadas e edifícios monumentais na área central indícios da desintegração e declínio da pólis (Shear Jr. 1981; Wycherley 1962: 83).

3 Para uma lista dos clichês acerca do período helenístico, cf. Gruen (1994: 339-340). Para balanços críticos do paradigma do declínio das cidades gregas, cf. Alcock (1994), Vlassopoulos (2007b), van Nijf & Alston (2011), Dickenson (2012), Morales (2015) e Zuiderhoek (2017).

Boa parte das intervenções urbanas do período foram associadas ao evergetismo, neologismo criado para expressar as relações entre cidades e seus benfeitores, fossem eles reis helenísticos ou aristocratas locais ou estrangeiros, popularizado com a publicação da tese de Paul Veyne, *Le pain et le cirque*, em 1976. A troca consistia na concessão de presentes pelo benfeitor (apoio militar, alimento, dinheiro, monumentos, vantagens diplomáticas etc) e na devolução de honras pela cidade (decretos e títulos honoríficos, proclamações, estátuas, cultos). A multiplicação dos monumentos e inscrições em honra dos benfeitores no espaço urbano foram interpretadas como mais um sinal do declínio da pólis, evidência da perda da liberdade, da oligarquização da política e da deterioração das contas públicas (Jones 1940; Veyne 1969, 1976).

Narrativas muito bem amarradas, como é comum acontecer, levantam imediatamente suspeitas. Já em 1969, Louis Robert abria uma comunicação afirmando que “a cidade grega não morreu em Queroneia, nem sob Alexandre, nem ao longo de todo o período helenístico” (Robert 1969: 42). A verdadeira revolução epigráfica da segunda metade do século XX – gerada, em grande medida, pelo próprio Louis Robert – motivou o aparecimento de estudos que colocavam em xeque o paradigma biológico do declínio da pólis (Chankowski 2011; Gauthier 1985; Ma 1999; van Nijf & Alston 2011). As críticas a tal modelo podem ser elencadas, sinteticamente, em cinco pontos.

Em primeiro lugar, a metáfora corporal conduz ao fetichismo das instituições: a cidade seria sempre a mesma entidade do início ao fim de uma história de ascensão e queda, e os agentes sociais seriam meros coadjuvantes passivos de uma tragédia já anunciada. Ora, sociedades não tem infância, maturidade ou velhice (Vlassopoulos 2007b: 41) nem seguem caminhos pré-determinados, mas resultam da interação de diferentes grupos entre si e com os repertórios culturais e as circunstâncias de cada época. Não são sempre iguais a si mesmas, mas transformam seus parâmetros sociais, espaciais e temporais a todo tempo, em um movimento que abrange, inclusive, o investimento social

na criação de identidades estáveis diante das mudanças históricas (Guarinello 2003).

Em segundo lugar, tal modelo não parte da consideração da multiplicidade de experiências históricas das centenas de cidades gregas, mas da generalização das “exceções exemplares”, Atenas e Esparta. Que ambas exerceram um papel central na geopolítica do Mediterrâneo oriental entre o período clássico e helenístico é inegável, do mesmo modo que não se pode ignorar a redução de sua importância diante dos conflitos das monarquias e ligas helenísticas entre si e com a república romana. No entanto, como foi demonstrado pelo exaustivo levantamento do Copenhagen Polis Centre (Hansen 1995; Hansen & Nielsen 2004), soberania externa nunca foi regra para a esmagadora maioria das cidades gregas, no mais das vezes submetidas a outras grandes cidades, como Atenas e Esparta.

Em terceiro lugar, a enorme quantidade de inscrições do período helenístico e imperial encontradas em centenas de cidades gregas atestam a vitalidade das instituições poliades, seja porque a soberania externa nunca foi o fiel da balança para a gestão cívica da comunidade, seja porque o modo como as potências suprapoliades (megapólis, monarquias, ligas ou impérios) se afirmavam dependiam do funcionamento destas instituições para a reprodução de suas relações geopolíticas (Ma 1999, 2003).

Em quarto lugar, o modelo orgânico separa arbitrariamente uma cidade particular das múltiplas redes das quais era um nó, sejam redes urbanas, geopolíticas, econômicas ou culturais. As cidades, pela competição e/ou colaboração, faziam parte de sistemas de relações mais amplos do mesmo modo como eram atravessadas por comunidades que não correspondiam às fronteiras cívicas (Taylor & Vlassopoulos 2015; Vlassopoulos 2007a). Deste modo, se por um lado separar a história das cidades gregas da história das cidades fenícias e etruscas ou do império persa concede a elas centralidades enganosas (Briant 1996; Hodos 2019), por outro supor uma sobreposição automática das fronteiras da pólis às redes mediterrânicas de aristocracias ou mercados torna incompreensível a luta da

própria polis em conter ou direcionar tais redes (Vlassopoulos 2007a).

Em quinto lugar, tal modelo oculta o trabalho intelectual envolvido na construção do discurso das origens da civilização ocidental na Grécia (Francisco & Morales 2016; Vlassopoulos, 2007b: 13-67), que necessitava explicar porque a “razão grega” não levou diretamente à “razão ocidental”, já que a Idade Média apareceria como um desvio. A reconfortante imagem do ciclo vital simultaneamente explicava a morte da cidade e da razão grega e seu renascimento na modernidade, conjurando assim a angústia diante da multiplicidade (ou ausência) de sentidos nos processos históricos.

Neste quadro, o período helenístico, do ponto de vista da história das cidades gregas, foi profundamente reavaliado. Afinal, como escreveu Chaniotis, “o que impressiona, a despeito de todos os problemas, reclamações e sinais de declínio, é a vitalidade da pólis como ponto de referência político” (Chaniotis 2018: 124). A tradicional lamentação em relação ao “declínio da pólis” deu lugar à análise dos modos múltiplos pelos quais as cidades se relacionavam entre si e com as entidades supra e infra-poliades, em um mundo radicalmente ampliado após a expansão macedônica de fins do século IV a.C. A sistematização desta numerosa bibliografia foge aos objetivos deste texto, mas vale mencionar ao menos três linhas: a história das relações entre cidades e reis helenísticos, a história das redes urbanas helenísticas, e a história do próprio urbanismo. Como exemplo da primeira linha, sem dúvida a obra de maior impacto foi *Antiochus III and the Cities of Western Asia Minor*, de John Ma (Ma 1999). Resultado de uma tese defendida em Oxford, o livro explora o modo como o evergetismo constituía uma linguagem para as relações internacionais que distensionava a potencial violência implícita nas ações monárquicas, ao mesmo tempo que ritualizava a competição e a colaboração entre as cidades. A segunda linha pode ser exemplificada pelo livro de Christy Constantakopoulou, *Aegean Interactions: Delos and its Networks in the Third Century* (Constantakopoulou 2017). A autora

discute o problema da interação entre as comunidades do Egeu a partir de quatro estudos de caso com base na documentação epigráfica e arqueológica de Delos: a formação da Liga dos Ilhéus, a monumentalização do santuário de Apolo, os decretos de proxenia e as dedicações registradas nos inventários delianos. Em cada estudo, a autora demonstra a agência das próprias comunidades cicládicas na construção de redes de escopo mediterrânico que não se reduzem à relação da pólis com os reis helenísticos. Finalmente, a terceira linha é apresentada pela tese *On the Agora*, defendida por Dickenson em 2012 e publicada como livro em 2016 (Dickenson 2012). Com base em um extensivo levantamento das evidências arqueológicas, epigráficas e literárias das ágoras gregas pós-clássicas, o autor revisa as teses da obra clássica de Roland Martin (Martin 1951) explorando os meios pelos quais as intervenções urbanas demonstram a complexidade e as transformações das comunidades cívicas, que tinham na ágora um espaço fundamental de exibição das relações sociais internas e externas ao corpo cívico.

Estas novas linhas de pesquisa sobre a cidade helenística confluem na direção da ênfase nos processos de conexão, integração e formação de fronteiras no Mediterrâneo, que já se anunciava na publicação do livro de Horden & Purcell, *The Corrupting Sea* (Horden & Purcell 2000), e em estudos de autores como Ian Morris (2003), Norberto Guarinello (2003, 2010), Irad Malkin (2005, 2013), Christy Constantakapoulou (2007) e Kostas Vlassopoulos (2007b), entre outros. Ainda que os autores do *The Corrupting Sea* tenham dedicado um capítulo inteiro contra a relevância da categoria “cidade” para a análise dos “grandes assentamentos” e seus “territórios dispersos” (Horden & Purcell, 2000: 89–122), recentes estudos tem aplicado a contento a abordagem mediterrânica das cidades antigas. Em sínteses como *The Ancient City*, de Arjan Zuiderhoek (2017) e *The Life and Death of Ancient Cities*, de Greg Woolf (2020), situam no pertencimento a redes o elemento característico das cidades mediterrânicas, que, diante da comparação histórica, fundou tanto

seus sucessos quanto fracassos. De fato, a imagem que emerge da produção recente sobre as cidades mediterrânicas é dominada pela metáfora das redes, nas quais os diferentes agentes urbanos constroem, a partir e através das cidades (os nós das redes), suas estratégias diante das limitações e oportunidades ecológicas, econômicas e geopolíticas do Mediterrâneo. Sem abandonar os temas caros às perspectivas internalistas de meados do século XX (os arranjos institucionais, os discursos políticos, a estratificação social e relação entre os grupos, as relações de produção e de propriedade etc.), as novas perspectivas buscam compreendê-los em função de suas interfaces com processos que ultrapassam as fronteiras de cada polis, sem, contudo, suprimi-las.

Mas, quando passamos das grandes sínteses ou dos estudos temáticos para os estudos de caso, como articular os processos globais e locais? Além das metáforas conectivas, quais são as categorias necessárias para a compreensão das cidades enquanto totalidades? Neste ponto, é preciso considerar mais de perto as categorias que procuram dar conta tanto das formas de integração no nível global, quanto do rearranjo das fronteiras sociais no nível local, superando a separação estanque entre o econômico, o político e o cultural.

As cidades, os mundos e as fronteiras

O problema da totalidade tem sido recolocado na historiografia recente, em particular, articulado aos processos de globalização. Retomando o conceito braudeliano de mundo – definido como totalidade integrada, e não como soma de todas as regiões do planeta – esta historiografia procura elaborar categorias que abarquem a complexidade das estruturas e modalidades dos processos de integração. Aqui, explorarei com mais detalhe dois modelos propostos na primeira metade da década de 2010, a saber: a história dos mundos, correntes de globalização e formas de glocalização de Kostas Vlassopoulos (2013), e a história da ordem social e suas fronteiras de Norberto Guarinello (2010, 2013).

Em *Greeks and Barbarians*, Vlassopoulos (2013) explora a multiplicidade das relações entre gregos e bárbaros para além da divisão tradicional entre orientalização no período arcaico, conflito no período clássico, e helenização no período helenístico. Para tanto, o autor utiliza a categoria de “mundos paralelos”, que explica por meio de exemplos: o mundo da moda envolve agentes e ações sociais diferentes do mundo das finanças, ainda que existam interligações entre eles. Assim, “mundo” para Vlassopoulos indica um espaço de interação social coeso, mas não absolutamente isolado; as interações que o compõem não equivalem à separação entre economia, política e cultura, mas articulam tais aspectos de modos particulares. Para a análise das interações entre gregos e bárbaros, o autor discerne quatro mundos paralelos: o mundo das redes, o mundo das *apoikiai*, o mundo pan-helênico e o mundo dos impérios. O primeiro, existente em praticamente todas as sociedades, remete à circulação de bens, pessoas e ideias, envolvendo comerciantes, mercenários, peregrinos, exilados e todos atores sociais em trânsito nas redes de mobilidade disponíveis. O segundo remete às interações no âmbito das colônias gregas (definidas como comunidades auto-organizadas em situações de fronteira), abarcando do conflito à convivência, da exploração do trabalho à influência cultural recíproca. O terceiro remete às ações direcionadas à produção descentrada da unidade cultural grega, produzida pelas redes de artistas, poetas e intelectuais. O quarto, finalmente, remete às interações entre as comunidades gregas com as grandes potências imperiais (próximo-orientais ou mediterrânicas), seja por meio do conflito, como nas guerras médicas ou nas expedições macedônias, seja da colaboração, como na circulação de mercenários ou fusão da elite greco-macedônica e persa. Para o autor, estes quatro mundos, paralelos, articulavam-se de modos específicos, resultando na multiplicidade de interações entre gregos e bárbaros em função das diferentes articulações.

A consistência destas interações – que podem ser tanto de globalização quanto de glocalização, em função do foco na sociedade

que exporta ou que importa determinados traços culturais – gera uma *koiné*, definida como espaço compartilhado de símbolos e significados. Assim, as relações entre gregos e bárbaros nos quatro mundos paralelos produziria *koinai* numismáticas (o uso do padrão grego de moedas), artísticas (o repertório de imagens de estilo grego), comunicacionais (o alfabeto grego), materiais (hábitos gregos de uso dos vasos); as *koinai* produzidas pela “corrente” grega de globalização se relacionariam com outras *koinai* de outras “correntes” bárbaras: fenícias, egípcias, persas etc. Corrente, como se vê, é um conceito que se definiria etnicamente; *koiné*, em função dos artefatos compartilhados; mundos, em função dos espaços de interação. Com ele, o autor oferece uma solução original para a questão da difusão da cultura grega independente do domínio imperial grego. Ao invés de supor uma superioridade cultural, o autor argumenta que a base do processo está combinação da posição particular dos gregos nos mundos das redes (a pobreza da Grécia promoveu a migração de gregos para todas as direções) e de um traço particular das glocalizações operadas no mundo pan-helênico (os gregos inventavam histórias de glocalização, e registravam por escrito). Assim, a cultura grega e suas *koinai* tinha coesão e dispersão, promovendo para diversas sociedades não-gregas um meio de comunicação eficiente.

Este é, em uma casca de nós, a proposta de Vlassopoulos, explorada com abundância de exemplos ao longo das quase 400 páginas de seu livro. O modelo, sem dúvida, ressalta o papel dos modos de interação das comunidades com os diferentes mundos na constituição tanto dos mundos quanto das comunidades. No entanto, como a proposta do livro é demonstrar a existência e interligação entre mundos e processos de globalização e glocalização, as comunidades casos particulares são tomados como exemplos de processos globais, recaindo, assim, ainda que de um modo mais sofisticado, na estratégia metonímica de apresentação de aspectos de uma dada sociedade como totalidades, como mencionado no início deste texto – como na caracterização de Delos como

“empório internacional helenístico”, apenas. Falta, pois, uma compreensão das sociedades enquanto totalidades, e não como meros continentes de processos que as ultrapassam. Ora, a comunidade produz os mundos e a si mesma no processo; seus diferentes grupos interagem com os mundos ao mesmo tempo que interagem entre si. Tais interações abarcam colaborações e criações de *koinai*, como enfatiza Vlassopoulos, mas também conflitos em torno da (re)produção de formas de submissão, resistência e conflito.

Uma proposta para lidar com a interação conceitual entre colaboração e conflito, integração e resistência, foi feita por Guarinello no artigo “Ordem, integração e fronteiras no Império romano: um ensaio” e desenvolvida em seu livro *História antiga* (Guarinello 2010, 2013). As fronteiras, argumenta o autor, constituem um componente fundamental da ordem que estrutura a vida das sociedades, designando espaços e modos de relação entre os diferentes grupos dentro e fora das comunidades, em constante interação com os modos de integração dentro de espaços específicos. O império romano, no modelo de Guarinello, é, por um lado, o resultado do acúmulo dos processos de integração mediterrânicos centrados nas redes de cidades-estados e, por outro, um fator de rearticulação das fronteiras internas e externas das sociedades mediterrânicas. Um exemplo deste rearranjo é o impacto das fronteiras internas romanas, mais rígidas entre ricos e pobres do que entre livres e escravos, sobre as fronteiras das cidades gregas, com um arranjo inverso. Ao mesmo tempo, a elite que emerge da mediterraneização do império incorpora os marcados sociais derivados da cultura pan-helênica para constituir uma fronteira cultural particular, greco-romana. Em *História antiga*, Guarinello explora este modelo na história do Mediterrâneo na longa duração, produzindo uma macronarrativa centrada nos processos de integração e desintegração das sociedades mediterrânicas. Após séculos de relativa abertura e mobilidade, o surgimento das cidades-estados representou “um progressivo fechamento das fronteiras externas a seu território e uma reelaboração

das fronteiras internas entre seus habitantes” (Guarinello 2013: 78); a partir do século V a.C., a formação de hegemonias acentuou esta tendência, aumentando a complexidade das relações entre as comunidades, e com isso produzindo um grande repertório de formas de integração registrados tanto na cultura escrita quanto material. O surgimento da hegemonia e, posteriormente, do império romano, se fundou neste trabalho morto acumulado promovendo novos arranjos nas fronteiras internas e externas das comunidades.

O modelo de Guarinello tem o mérito de situar no centro da explicação a relação complexa entre integração e fronteiras, evitando assim projeções romantizadas da globalização contemporânea como um grande saguão de aeroporto. No entanto, na apresentação de casos temos novamente uma estratégia metonímica: os locais são inseridos na narrativa a partir apenas dos aspectos considerados relevantes para a discussão geral, e não como totalidades. Ademais, a limitação mediterrânea do modelo – derivada em grande medida do impacto do mediterraneísmo como alternativa consistente ao eurocentrismo da História Antiga – acaba por reforçar a centralidade do império romano, separando-o de um “mundo dos impérios” cujas fronteiras se estendem até o Afeganistão, e que tem, já no século II a.C., o império da Pártia como um ator decisivo.

A despeito das lacunas – devidas seja à natureza dos textos, seja à arquitetura dos modelos – a combinação das propostas de Vlassopoulos e de Guarinello parece promissora. Do primeiro, é importante reter a discussão acerca das diferentes estruturas e modalidades de interação entre as sociedades (mundos, *koinai*, correntes de globalização, formas de glocalização). Do segundo, a discussão sobre a articulação entre ordem e fronteiras sociais como fundamento dos (e não necessariamente como barreira aos) processos de integração. Tal combinação oferece uma aproximação ao tratamento das sociedades como totalidades abertas, atravessadas por tensões reproduzidas por / reprodutoras de processos de integração. Mas falta ainda, acredito, uma categoria que ofereça a mediação

entre os processos globais e locais, entre os fluxos e as ordens sociais. Tal categoria, me parece, é a de campos de integração.

Campos e processos de integração

Bourdieu desenvolveu a categoria de campo como instrumento analítico para compreender os espaços sociais estruturados nos quais diferentes agentes disputam posições (Bourdieu 1983, 1989, 2011; Buchholz 2016; Cavalcanti 2012; Epple 2018; Montero 2016). Ela forma, junto de capital e *habitus*, uma tríade conceitual. Enquanto o campo diz respeito ao espaço social conformado por diferentes forças, o capital (em seus vários tipos: econômico, simbólico, social, cultural, linguístico etc.) se refere às fontes de poder acumulado pelos agentes (indivíduos, grupos e instituições), ao passo que o *habitus* aponta para o grau de internalização das regras do campo e dos capitais pelos agentes. Os campos para Bourdieu são dotados de autonomia relativa, organizados em torno de regras próprias que conferem a legitimidade de capitais e padrões para identificação de *habitus*, estabelecendo assim hierarquias internas. Assim, o campo artístico é conformado pelas forças exercidas por artistas, curadores, financiadores, imprensa especializada, público etc.; cada agente engaja capitais tão diferentes quanto o dinheiro, o prestígio, a erudição, os contatos com pessoas influentes, e com isso hierarquias entre artistas eruditos e artistas populares, “arte verdadeira” e “indústria cultural” são constituídos. O campo religioso, por sua vez, formado por sacerdotes, fiéis, eruditos, profetas etc., dotados de capitais como a propriedade da terra, a honra baseada em padrões sexuais ou na tradição ou o conhecimento dos saberes secretos, constroem hierarquias separando “religião” de “superstição”, definindo assim que tem ou não legitimidade para disputar posições dentro do campo. Na medida em que a correlação de forças entre os campos é variável, os campos são essencialmente históricos: suas estruturas são produto e vetor da ação dos agentes.

Um elemento fundamental da teoria dos campos é a proposta de que a sociedade

é formada por diferentes campos, que se relacionam entre si de modos variados, e até contraditórios. Agentes podem transitar de um campo a outro, acumular capitais em um para investi-lo em outro: sacerdotes-cantores transitam entre os campos artístico e religioso, atletas transitam entre o campo esportivo e o publicitário, intelectuais transitam entre o educacional e o televisivo. Tal trânsito nem sempre se limita a reforçar a posição do agente: indivíduos e instituições podem perder capitais acumulados no campo de origem quando assume posições em novos campos: o intelectual-apresentador sem produção acadêmica, o atleta-influenciador sem títulos, o sacerdote-cantos tomado pela vaidade. Somente a pesquisa empírica pode determinar quais são os campos que compõem determinada sociedade; com isso, a teoria rejeita a distinção prévia entre esferas (econômico, político, cultural) em favor da busca pelas fontes específicas dos poderes sociais e de seus campos. Ademais, a multiplicidade dos campos aponta também para sua hierarquização: determinados campos tem a propriedade de subordinar outros campos, como quando o campo estatal estabelece as regras de funcionamento de campos profissionais, ou o campo econômico se sobrepõe ao campo estatal por meio de financiamento de campanhas e corrupção. Tais hierarquias, novamente, são históricas, conjunturais, suscetíveis às variações das forças dos diferentes indivíduos, grupos e instituições envolvidos. E finalmente, o arranjo entre os campos não apenas gera hierarquias, como também subdivisões: o campo econômico é formado por diferentes subcampos como o industrial, o agroexportador, o de serviços etc, cujas articulações variáveis afetam a relação do campo como um todo com os outros campos. A categoria busca ser elástica o suficiente para abarcar marcos espaciais tão diversos quanto o campo do estado nacional e o campo de uma única instituição.

Mas esta é certamente uma das limitações mais importantes da teoria dos campos tal como formulada e aplicada por Bourdieu: sua recorrente limitação ao recorte do estado nacional, cujas fronteiras empíricas

são transpostas para as fronteiras do campo do poder (Buchholz 2008, 2016; Epple 2018; Montero 2016). Neste ponto, acredito que a categorias de campos de integração⁴, compreendida como espaços sociais de interação entre grupos sociais para além das fronteiras da unidade política imediata, seja ela a cidade ou o império. Os campos de interação são múltiplos, podem se organizar paralelamente (mundos) ou hierarquicamente, com arranjos entre campos e subcampos particulares a cada contexto histórico. São dotados de autonomia relativa (ordens), que lhes garante previsibilidade por meio de sistemas de significados compartilhados (*koinai*), a partir dos quais os valores dos diversos capitais são constituídos e engajados de acordo com as variadas formas de produção de hierarquias, distância e colaboração (fronteiras). O arranjo das fronteiras, a coerência das *koinai* e as estruturas que sustentam ordens sociais e mundos de interação (ou campos e subcampos) é resultado da seleção de elementos agrupados nos repertórios de integração, ou trabalho morto integrativo, composto por saberes e práticas constituídos por e constituintes de processos de integração, desintegração e resistência à integração. A circulação de ideias, pessoas e artefatos, ela própria um fenômeno total (que articula dimensões que nós discerniríamos como econômicas, políticas ou culturais) (Purcell 2016), implica no contato entre diferentes sociedades componentes do mesmo campo, e diferentes campos que constituem cada sociedade: é a articulação entre estes dois estratos de relações sociedades/campos que explica a diversidade nos modos de apropriação (globalização) de elementos semelhantes por

4 Evito o uso da categoria “campo global”, tal como proposta por Buchholz, por conta da opção da autora de defini-los em função da “autonomização relativa vertical”, ou seja, da formação de lógicas em um campo global por oposição aos campos nacionais. A oposição entre campo global e nacional acaba por reificar as fronteiras do nacional; o argumento que procuro desenvolver aqui é que mesmo os campos internalistas (seja definidos pelo estado nacional, na contemporaneidade, ou pela pólis, reino ou império, na antiguidade) não se restringem às fronteiras da unidade política imediata, ainda que estas sejam um dos elementos necessários à sua reprodução.

sociedades diferentes, constitui as possibilidades de agência para indivíduos e grupos, e estabelece os vetores pelos quais as sociedades reproduzem os campos e a si mesmas.

A discussão precedente tem um caráter aproximativo, buscando encontrar as correlações entre categorias construídas em função de agendas e paradigmas diferentes, o que, certamente, subestima as incongruências reais e potenciais. Com isto em mente, passo à discussão dos campos de integração relacionados à reprodução do espaço urbano em Delos entre 167 e 69 a.C.

Os campos de integração de Delos durante a Segunda Dominação Ateniense

Em função mesmo da quantidade e variedade extraordinária dos achados nas escavações francesas em Delos, a coleção *Exploration Archéologique de Délos* privilegiou espaços ou coleções específicos – o conjunto do urbanismo helenístico deliano foi objeto apenas de estudos pontuais publicados como artigos ou capítulos de livro⁵. Buscando atualizar diversas hipóteses apresentadas em *Délos colonie athenienne*, de Roussel (1916), Bruneau publica na década de 1960 o primeiro texto dedicado ao urbanismo helenístico imperial deliano (Bruneau 1968), no qual destaca a intensidade dos anos 167-69 a.C. para o crescimento desta “cidade champignon”, o que incluiu a criação de dois distritos inteiramente novos (Skardhana e Estádio). Quinze anos depois, Fraisse aborda diretamente o problema das praças de Delos (Fraisse 1983), argumentando que até pouco antes de 88 a.C. (primeiro saque mitridático) existiam três tipos: praças de reunião (Ágora dos Delianos e Ágora dos Italianos), praças de tráfego (Ágora dos Competaliastas e Ágora de Teofrasto), e praças mistas (Terraço dos Leões). Quase 20 anos depois, Marc retoma o problema das ágoras delianas (quatro, segundo o *Guide de Délos*), avançando a hipótese de que duas

5 A planta atualizada de Delos, com a indicação de todos os sítios identificados pelas escavações francesas, está disponível em: <https://sig-delos.efa.gr/>.

delas (Ágora dos Delianos e Ágora dos Competaliastas) resultam da separação, ocorrida no século III a.C., de uma ágora única (Marc 2000). Entre as décadas de 2000 e 2010, Claire Hasenohr, Moretti, Trümper, Chankowski e Karvonis escrevem textos sobre espaços ou tipos espaciais específicos, como a Ágora dos Competaliastas, espaços cívicos e comerciais, ou as casas, tavernas, grutas, jardins e clubes de Delos; o resultado é uma imagem muito mais variada da composição espaciais e das interações entre grupos étnicos, magistraturas, atividade econômica e ambientes naturais. No início de 2010, Zarmakoupi inicia o projeto *UrbanNetworks*, cuja análise se concentra nas adaptações na malha urbana tanto no nível macro (novos distritos e portos) quanto micro (anexas às casas) derivadas do desenvolvimento comercial da ilha.

Os diferentes estudos brevemente elencados acima apresentam elementos para superar o paradigma da “cidade comercial”, o qual, não obstante, estrutura a maioria das discussões. De fato, os múltiplos santuários delianos, repletos de estátuas e inscrições; seu papel da diplomacia e nas guerras favoráveis e contrárias ao imperialismo romano; e o centralidade das magistraturas cleruquiais na reprodução dos espaços e posições sociais, todos são elementos que apontam para o fato de que Delos era comercial, mas também religiosa, imperial, artística, poliade... Neste sentido, discernir os diferentes campos de integração que tinham em Delos um vetor importante pode contribuir para a discussão tanto de suas manifestações urbanas, quanto da natureza mesma destes campos. A discussão a seguir não é uma lista exaustiva dos campos de integração delianos e suas interrelações; procuro, apenas, demonstrar a diversidade dos campos, suas manifestações urbanas particulares e algumas interrelações, de modo a dar relevo à limitação imposta sobre a cidade quanto caracterizada, apenas, como “empório”.

O primeiro campo, poliade, é o espaço das relações entre Atenas e Delos: a partir da concessão da administração da ilha a Atenas (que envolveu a expulsão dos delianos, que se fixaram em cidades do Peloponeso), Delos

se torna uma clerúquia, integrada à ordem poliade ateniense. Isto significava que Delos – seu porto, sua infraestrutura e seu conjunto de santuários cívicos – seria administrada por oficiais eleitos em Atenas, de acordo com a rotatividade da democracia. O campo poliade gerava um campo local, o campo cleruquial, com hierarquias e fronteiras próprias entre administradores da ilha (epimetetas), dos mercados e portos (agoronomoi, epimeletai ton emporion), dos ginásios (gymnasiarchai) e dos diversos santuários, e entre atenienses e não atenienses, organizados ou não em associações. Enquanto o cargo de epimetela da ilha era reservado a membros da elite ateniense, no geral já tendo ocupado cargos na metrópole, os demais eram utilizados como trampolins para postulantes a membros da elite metropolitana. Para os estrangeiros, Delos poderia ser uma ponte para a naturalização, ainda que as pesquisas recentes tenham relativizado o quadro. As listas efébricas de Delos e Atenas mostram um crescimento expressivo de estrangeiros, em particular italianos, sírios e egípcios, entre os novos efebos; o aparecimento destes nomes nas listas atenienses a partir de 123 a.C. levou Osborne (1981-1984) a formular a tese de que a naturalização ateniense foi facilitada no período. No entanto, como argumentaram Byrne (2003), Perrin-Saminadayar (2005) e Oliver (2013), a efebia não era um caminho livre para a obtenção da cidadania, que permaneceu dependente de atos da assembleia. A presença de efebos estrangeiros em Delos e em Atenas, se não rompia com a tradição secular de relativo fechamento do corpo cívico ateniense, ao menos criava mais uma aproximação dos estrangeiros em relação aos estatutos cívicos (Charade 2009). Estes criaram diversas associações⁶, em geral organizadas ao redor de um culto e com forte associação à atividade comercial, sendo o maior exemplo a “associação dos comerciantes, armadores e atacadistas poseidonistas de Beirute em Delos”, cuja sede, localizada próxima ao lago sagrado, continha um amplo

6 Listadas no excelente *Inventory of Ancient Associations*, disponível em: <https://ancientassociations.ku.dk/CAP/>.

espaço para reuniões e anexos para atividades comerciais e de culto, entre os quais está um dos mais antigos atestados à deusa Roma (Trümper 2011). As associações deveriam ser autorizadas pela pólis, mas tinham seus próprios quadros de magistrados e regulamentos, funcionando, assim, como mini-pólis, a partir das quais seus membros acumulavam e convertiam capitais para (ou oriundos da) atuação em outros campos, como o comercial e o religioso. Quanto à sua manifestação urbana, o campo poliade geral e seus subcampos apareciam por meio da construção, restauração e uso de edificações cívicas (prítaneu, eclesiastério, bouleutério, escritórios dos magistrados), da profusão de inscrições pela cidade mencionando magistrados, do papel destes na elaboração e aprovação das intervenções espaciais, e das sedes das associações que construíam microespaços poliades na ilha.

O campo imperial, intimamente relacionado ao poliade, é o espaço das relações entre as potências geopolíticas na faixa ocidental da Afroeurásia. Centrado em Roma, não se limitava a sua esfera de influência: eram atores do campo todas as cidades, ligas, reinos, confederações e impérios com as quais Roma se relacionava direta ou indiretamente. Assim, se em meados do século II a.C. o domínio de Roma já se estendia hegemonicamente por todo o Mediterrâneo (Eckstein 2006, 2012), no Oriente Próximo o reino da Pártia se afirmava como potência expansionista sobre os escombros dos impérios selúcida e greco-bactriano (Overtoom 2019, 2020). A concessão da ilha à administração ateniense derivou do rearranjo de posições neste campo após a Terceira Guerra Macedônica, e consequente fim da monarquia macedônica; a fidelidade ateniense à causa romana se sobrepôs ao direito cívicos dos delianos, que se dispersaram por cidades do Peloponeso (Gettel 2018). Com a concessão, o lugar de Delos neste campo tornou-se estratégico: sem força militar própria e administrada por uma cidade de capacidade militar irrisória, Delos foi eleita como ponto de referência pela principal potência do Mediterrâneo, com um grande contingente populacional oriundo da Itália. Se ao longo

do século II a.C. a vinculação a Roma foi a garantia da prosperidade da ilha, reforçada pelo isolamento geopolítico de Rodes e a destruição total de Corinto conduzidas por Roma, no início do século I a.C. esta seria a razão de seu colapso diante das invasões mitridáticas. O campo imperial se manifestava no espaço urbano, desse modo, por meio tanto da construção de espaços associados à presença romana (a ágora dos Italianos e os monumentos na Ágora dos Competaliastas), na profusão de inscrições honrando o *demos* romano, e também nas destruições geradas no século I a.C. no contexto das guerras entre a república romana e o reino do Ponto.

O campo do comércio, por sua vez, abrigava as ações envolvidas na circulação de mercadorias, envolvendo diferentes circuitos: o comércio de atacado de alto ou baixo valor agregado, que tinha em Delos um centro mais de negociação do que de armazenagem (dada a virtual ausência de grandes armazéns e mercados ou estruturas portuárias de larga escala, em contraposição a Rodes, Alexandria e Cartago), e comércio de varejo de alto ou baixo valor agregado, em geral realizado em anexos a habitações (Zarmakoupi 2018; Chankowski 2020a, 2020b). Os diferentes circuitos do campo comercial produziam redes próprias, situando Delos como nó de redes que articulavam a Trácia e Anatólia (para o comércio de escravos), a Arábia (resina), o Egeu e Levante (cerâmica, óleo, vinho), Mar Negro (peixe, trigo), o vale do Nilo (trigo, metais, e especiarias da Ásia meridional) e o Mediterrâneo central e ocidental (metais, mercenários e, acima de tudo, mercados consumidores). Os agentes deste campo – produtores, mercadores, gestores e consumidores, vinculados a instituições variadas como associações comerciais e religiosas, instituições poliades – colaboravam e competiam pelo aumento dos lucros e redução de prejuízos, por um lado, e diminuição dos riscos derivados de fatores ambientais, sociais e políticos. Gabrielsen demonstrou como no século III a.C. a rota Rodes-Alexandria, particularmente suscetível à pirataria devido à baixa visibilidade, era protegida por uma aliança entre as frotas ródia e ptolomaica mantidas, em grande medida, pelas altíssimas taxas

portuárias – compensadas pelos lucros derivados da segurança e do acesso aos mercados do Egeu e do Nilo aos mercadores que a utilizavam (Gabrielsen 2013). A conversão em 167 a.C. de Delos em porto franco, rodeado por ilhas rochosas garantindo com grande visibilidade, exerceu um grande impacto nos cálculos de mercadores do Mediterrâneo ocidental e oriental por segurança e lucro. A administração ateniense sob a garantia romana, por sua vez, facilitava acesso a grandes mercados da Grécia continental e Mediterrâneo oriental. A partir da arena deliana, mercadores competiam por posições dentro dos subcampos determinados pelas diferentes mercadorias, em diálogo e trânsito com o campo poliade associativo: epimeletas autorizavam ou não a construção de santuários comunitários de colônias de mercadores, como o santuário dos Poseidoniastas de Beiture ou dos Hermaistas/Competaliastas da Itália, assim como se envolviam na construção de infraestrutura para atividades comerciais, sendo a mais visível a construção da ágora de Teofrasto ao norte do porto. No campo do comércio de alto padrão, as fronteiras se operavam a partir de marcadores étnicos – daí a importância das colônias – que não eram, de modo algum, absolutos. O caso de Filóstrato de Ascalon, fenício que obtém a cidadania napolitana e torna-se um dos principais evergetas da Ágora dos Italianos, é sintomático: ele eleva seu poder dentro do campo comercial pela associação a um campo poliade periférico (o corpo cívico napolitano), que, em Delos, significava uma proximidade maior com a colônia italiana e consequentemente se aproveitava do capital acumulado no âmbito do campo imperial (Hasenohr 2015). O campo do comércio se manifestava seja nas reformas em espaços domésticos para abrigar lojas e hospedagens e nos anexos dedicados ao comércio e negociação financeira nas associações, seja na construção de espaços e edifícios vinculado aos portos delianos, tanto o principal, junto à ágora dos competaliastas, quanto os menores, nos distritos de Skardhana e do Estádio (Fraisse & Chabrie 2001; Hasenohr 2012; Karvonis 2008; Zarmakoupi 2018).

O campo evergético se encontrava no cruzamento dos campos acima, mas ao mesmo

tempo era dotado de autonomia relativa. A prática de trocas de presentes por honras envolvia não se limitava à interação entre reis e cidades (assim aproximados do campo imperial), mas incluía também a agência de potentados locais, atenienses ou estrangeiros, cujos capitais derivavam seja do campo poliade e imperial (a posse de cargos ou proximidade com o Senado romano), seja do campo comercial (a riqueza ou acesso a informações privilegiadas). Uma evidência da autonomização do campo evergético é a equivalência entre doações de reis e de indivíduos não-reais ao santuário de Apolo: J. Tully demonstrou recentemente que o estatuto monárquico de um doador não era uma variável importante nem para o valor das doações, nem para a menção das doações nas listas e inventários do santuário, de modo que as doações de reis se inseriam no “quadro de competição e manifestações de ou demandar por status”, mais do que “afirmações de hegemonia” (Tully 2021). A vinculação de indivíduos a práticas evergéticas, a um passo, reforçava o próprio campo evergético e elevava a posição do indivíduo em outros campos – vale lembrar que Filóstrato de Ascalon, acima citado, foi honrado pela comunidade italiana como um dos principais evergetas para a construção da Ágora dos Italianos. A importância assumida pelo campo evergético no período helenístico submeteu um campo à sua esfera de influência o próprio campo artístico, com o desenvolvimento de formas locais na escultura e arquitetura vinculadas às múltiplas formas de doação e agradecimento. O campo evergético, pois, manifestava-se tanto por meio seja das edificações derivadas de doações, quanto pelos santuários, estátuas, inscrições e proclamações públicas durante festivais produzidas em agradecimento às doações, estabelecendo hierarquias em função do suporte (bronze, mármore, oralidade), da localização (o santuário de Apolo como espaço mais prestigioso, seguido da Ágora dos Italianos e dos Competaliastas, e depois pelos diversos santuários e áreas comuns), e de visibilidade e associação com outras intervenções.

O campo religioso em Delos era composto pelos múltiplos cultos realizados na ilha, fossem

eles poliades ou privados, pan-helênicos ou estrangeiros, locais ou globais, em uma arena de disputa pelo capital simbólico da associação a deuses centrais ou econômico derivado das fundações e oferendas. Sem dúvida, o culto a Apolo exercia uma gravitação que ultrapassava a ilha na direção de todo o mundo pan-helênico (Étienne 2018, 2019): o trabalho acumulado de construção da centralidade do santuário desde os séculos VII-VI a.C. – quando o escopo do santuário passa da escala das Cíclades para todo o Egeu – se consolida no período de independência da cidade (323-167 a.C.), quando sua área é ampliada com um novo ciclo de atividade construtiva em função do evergetismo monárquico (os pórticos Sul, de Antígono, e de Filipe, o monumento dos Touros, e a profusão de estátuas e inscrições), permanecendo no século II a.C. como um espaço fundamental para a competição evergética. O festival anual atraía locais e estrangeiros de todo o Mediterrâneo, que participavam por meio de dedicacões e celebrações conjuntas ou independentes. Em um nível abaixo do grande santuário, estavam os diversos pequenos santuários dedicados a deuses pan-helênicos ou estrangeiros, objeto do estudo clássico de Bruneau (1970). Alguns cultos assumiam caráter poliade (como o Dodekatheion), outros se associavam a colônias particulares (como o santuário dos deuses sírios) ou tinha natureza privada (como o Serapeion na primeira fase e o Afrodision); os cultos iam daqueles voltados à reprodução da comunidade como um todo (como o Heraion e as práticas de casamento) aos organizados em torno de mistérios (como o Samothrakeion). A criação de um santuário dependia, também, da aprovação do epimeleta ateniense, ainda que sua negativa não representasse a palavra final, como demonstra a história da criação do santuário de Serapis em Delos: após a recusa do epimeleta, o sacerdote consegue uma declaração positiva do Senado romano – o campo imperial se impõe sobre o campo poliade.

O esboço acima não se quer exaustivo, e como esboço, está sujeito a correções e rearranjos. De todo modo, ele pode ser útil

como referência para a organização tanto de macro quanto de microanálises. No nível macro, a articulação, na década de 160 a.C., entre campo religioso (no qual Delos era central), evergético (no qual Delos disputava centralidade com Atenas, Delfos e Olímpia), comercial (no qual Delos era periférica) e imperial (no qual Delos era insignificante), explica a inserção de Delos no campo poliade ateniense enquanto clerúquia. A criação do porto franco e a intensa atividade dos magistrados atenienses elevam a posição de Delos no campo imperial (em função da presença romana) e no campo comercial, dando novo impulso ao campo poliade-clerúquia, religioso e evergético – a intensidade pela qual os quatro campos se reforçam explica a explosão da *ville-champignon*. No entanto, a transformação do campo imperial com a conversão do reino do Ponto de aliado a inimigo da República romana jogam Delos (e Atenas) para o centro dos conflitos; rachado, o campo imperial leva à destruição dos outros quatro de modo quase definitivo. No nível micro, é possível acompanhar o modo como indivíduos (p.ex. o banqueiro Filóstrato de Ascalon, convertendo capital econômico em poliade, com a cidadania napolitana, e evergético, com uma estátua na Ágora dos Italianos) ou grupos (a associação dos Poseidoniastas de Beirute convertendo o capital simbólico do culto a Roma em capital social nas relações com *negotiatores* italianos) navegam entre os campos ao mesmo tempo em que os reproduzem e redirecionam. A pesquisa empírica nos diferentes níveis, enfim, revelará as peculiaridades de cada campo, suas fronteiras e os significados que lhes dão sentido.

Conclusão

Ao longo do texto, procurei cercar o problema de como interpretar, historicamente, a relação entre as cidades e os processos de integração. A partir da crítica ao paradigma biológico do declínio helenístico e do balanço da emergência de um paradigma conectado no estudo das cidades mediterrânicas em geral, e das cidades helenísticas em

particular, procurei ressaltar a importância das categorias que se voltam para a relação entre processos globais e locais, tais como as elaboradas por Vlassopoulos e Guarinello. Retendo a discussão de Vlassopoulos acerca dos diferentes mundos, comunidades, correntes de globalização e formas de glocalização, por um lado, e de Guarinello acerca da relação entre ordens e fronteiras, por outro, propus a utilidade da categoria de campo de Bourdieu para análise dos processos de integração sem perder a dimensão da totalidade e do conflito. O exercício de aplicação deste modelo ao caso deliano distinguiu cinco campos – poliade, imperial, comercial, evergético e religioso – de modo a compreender como espaços relativamente autônomos se entrecruzavam criando possibilidade de atuação de indivíduos e grupos, que produziam aos campos e a si mesmos por meio tanto da colaboração quanto da competição. Este movimento teve como objetivo incentivar a reflexão teórica e metodológica acerca dos processos de integração e das totalidades sociais, ressaltando que apenas a pesquisa empírica, e não a postulação prévia, pode fornecer elementos para a compreensão

dos campos, instrumentos provisórios para a compreensão de processos em larga e em pequena escala. Pausânias, afinal, definiu Delos como “mercado dos gregos” – mas não disse apenas isso.

Agradecimentos

Este texto deve a longas conversas pandêmicas com diferentes pessoas em diferentes circunstâncias; presto meus agradecimentos a Fábio Frizzo, Lilian Laky, Erica Angliker, Norberto Guarinello, Maria Beatriz Florenzano, Gabriel Bernardo, Karina Beck, Santiago Reghin, Maria de Fátima Felinto, Rafael Silveira, Pâmela Martins, Bruna Grando, Maria Eduarda Welzel, José Knust, Carlos Machado, Fabio Joly, Uiran Gebara da Silva, Victor Passuelo, Dominique Santos, Gilberto da Silva Francisco, Waldomiro Lourenço da Silva Junior, Rodrigo Bonaldo, Henrique Espada, Alex Degan e Mariana Malacrida. Os equívocos que sobreviveram às muitas e generosas críticas são, obviamente, responsabilidade apenas minha.

MORALES, F. Integration fields at Late Hellenistic Delos (167-69 a.C.): towards a Global Ancient History. *R. Museu Arq. Etn.* 38: 25-43, 2022.

Abstract: Based on a theoretical and historiographical perspective, this paper discusses the issue of the relation between cities and integration processes during the Hellenistic Age from a Global Ancient History standpoint. For this purpose, the text consists of five parts: a brief presentation of the problem as applied to Hellenistic Delos; a bibliographic review of recent literature on Hellenistic cities; a more in-depth discussion of Vlassopoulos’ and Guarinello’s proposals for the history of ancient globalizations / integration processes; proposal of a new model built upon Bourdieu’s field theory mixed with the former two; a brief application of this model to the urbanism in Late Hellenistic Delos. The paper argues in favor of ‘field theory,’ enriched by Vlassopoulos’ and Guarinello’s insights, to reflecting on the historical integration processes without losing sight of societies as totalities.

Keywords: Late Hellenistic Delos; Integration fields; Global Ancient History.

Referências bibliográficas

- Alcock, S.E. 1994. Breaking up the Hellenistic world: survey and society. In: Morris, I. (Org.). *Classical Greece: Ancient Histories and Modern Archaeologies*. Cambridge University Press, Cambridge, 171-190.
- Benevolo, L. 2011. *História da cidade*. Perspectiva, São Paulo.
- Bourdieu, P. 1983. Algumas propriedades dos campos. In: Bourdieu, P. *Questões de sociologia*. Marco Zero, Rio de Janeiro, 89-94.
- Bourdieu, P. 1989. A gênese dos conceitos de habitus e campo. In: Bourdieu, P. *O poder simbólico*. Difel, Lisboa, 59-73.
- Bourdieu, P. 2011. Gênese e estrutura do campo religioso. In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo, 27-98.
- Briant, P. 1996. *Histoire de l'Empire perse: De Cyrus à Alexandre*. Fayard, Paris.
- Bruneau, P. 1968. Contribution à l'histoire urbaine de Délos. *Bulletin de Correspondance Hellénique* 92: 633-709.
- Bruneau, P. 1970. *Recherches sur les cultes de Délos à l'époque hellénistique et à l'époque impériale*. Editions de Boccard, Paris.
- Bruneau, P.; Ducat, J. 2005. *Guide de Délos*. École française d'Athènes, Athènes.
- Buchholz, L. 2008. Field Theory and Globalization. In: von Bismarck, B. (Ed.). *After Bourdieu*. Verlag Turia + Kant, Vienna, 211-238.
- Buchholz, L. 2016. What is a global field? Theorizing fields beyond the nation-state. *The Sociological Review Monographs* 64: 31-60.
- Byrne, S.G. 2003. Early Roman Athenians. In: Actes du Symposium d'Athènes, 2000, Athènes.
- Cavalcanti, V.M. 2012. Bourdieu leitor de Weber: pistas para uma gênese do conceito de campo. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE* 1: 26-48.
- Chaniotis, A. 2018. *Age of conquests: the Greek world from Alexander to Hadrian*. Harvard University Press, Cambridge.
- Chankowski, A. 2011. *L'éphébie hellénistique: Etude d'une institution civique dans les cités grecques des îles de la mer Egée et de l'Asie mineure*. Editions De Boccard, Paris.
- Chankowski, V. 2020a. *Parasites du dieu: Comptables, financiers et commerçants dans la Délos hellénistique*. Ecole française d'Athènes, Athènes.
- Chankowski, V. 2020b. Stockage et distribution: un enjeu dans les circuits économiques du monde grec. In: Lafon, X.; Virlovet, C. (Eds.). *Entrepôts et circuits de distribution en Méditerranée antique*. École française d'Athènes, Athènes, 15-42.
- Charade, S. 2009. *L'intégration politique, sociale et religieuse des Rhômaïoi dans les cités d'Athènes et de Délos (de la basse époque hellénistique jusqu'au règne des Julio-Claudiens)*. 2009. Maîtrise en Histoire. Université du Québec à Montréal, Montréal.
- Constantakopoulou, C. 2007. *The Dance of the Islands*. Oxford University Press, Oxford.
- Constantakopoulou, C. 2017. *Aegean Interactions: Delos and its Networks in the Third Century*. Oxford University Press, Oxford.
- Dickenson, C. 2012. *On the Agora: Power and public space in Hellenistic and Roman Greece*. 2012. Postdoctoral degree in Arts. Rijksuniversiteit Groningen, Groningen.
- Eckstein, A.M. 2006. *Mediterranean anarchy, interstate war, and the rise of Rome*. University of California Press, Berkeley.

- Eckstein, A.M. 2012. *Rome Enters the Greek East: From Anarchy to Hierarchy in the Hellenistic Mediterranean, 230-170 BC*. Wiley-Blackwell, Chichester.
- Epple, A. 2018. Calling for a Practice Turn in Global History: Practices as Drivers of Globalization/s. *History and Theory* 57: 390-407.
- Étienne, R. (Ed.). 2018. *Le sanctuaire d'Apollon à Délos. Tome I: Architecture, topographie, histoire*. École Française d'Athènes, Athènes.
- Étienne, R. (Ed.). 2019. *Le Sanctuaire d'Apollon à Délos. Tome II: Les monuments votifs et honorifiques*. École Française d'Athènes, Athènes.
- Fraisse, P. 1983. Analyse d'espaces urbains: les « places » à Délos. *Bulletin de correspondance hellénique* 107: 301-313.
- Fraisse, P. 2020. Délos: Études de morphologie urbaine I. Objectifs et méthodes. *Bulletin de correspondance hellénique*, 144, 357-371.
- Fraisse, P., & Fadin, L. 2020. Délos: Études de morphologie urbaine II. *Bulletin de correspondance hellénique*, 144, 373-419.
- Fraisse, P.; Chabrie, C. 2001. *Le paysage portuaire de la Délos antique ; recherches sur les installations maritimes, commerciales et urbaines du littoral délien*. École Française d'Athènes, Athènes.
- Francisco, G.; Morales, F. 2016. Desvelando o atenocentrismo. *Revista de Cultura e Extensão USP* 14: 67-79.
- Gabrielsen, V. 2013. Rhodes and the Ptolemaic kingdom: the commercial infrastructure. In: Thompson, D.J.; Buraselis, K.; Stefanou, M. (Orgs.). *The Ptolemies, the Sea and the Nile: Studies in Waterborne Power*. Cambridge University Press, Cambridge, 66-81.
- Gates, C. 2011. *Ancient cities: the archaeology of urban life in the ancient Near East and Egypt, Greece, and Rome*. Oxon, Abingdon; Routledge, New York.
- Gauthier, P. 1985. *Les Cités grecques et leurs bienfaiteurs: Contribution à l'histoire des institutions*. Diffusion de Boccard, Paris.
- Gettel, E. 2018. Recognizing the Delians Displaced after 167/6 BCE. *Humanities* 7: 1-16.
- Gruen, E.S. 1994. The Polis in the Hellenistic World. In: Rosen, R.M.; Farrell, J. (Eds.). *Nomodeiktēs: Greek Studies in Honor of Martin Ostwald*. University of Michigan Press, Ann Arbor, 339-354.
- Guarinello, N. 2003. Uma morfologia da história: as formas da história antiga. *Politeia: História e Sociedade* 3: 41-61.
- Guarinello, N. 2010. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum* 1: 113-127.
- Guarinello, N. 2013. *História antiga*. Contexto, São Paulo.
- Hansen, M. 1995. The "Autonomous City-State": Ancient Fact or Modern Fiction? In: Hansen, M.; Raaflaub, K. (Eds.). *Studies in the Ancient Greek Polis*. Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 21-43.
- Hansen, M.; Nielsen, T.H. 2004. *An Inventory of Archaic and Classical Poleis*. Oxford University Press, Oxford.
- Hasenohr, C. 2012. Athènes et le commerce délien: lieux d'échange et magistrats des marchés à Délos pendant la seconde domination athénienne (167-88 a.C.). In: Konuk, K. (Ed.). *Stephanèphoros: de l'économie antique à l'Asie Mineure: Hommages à Raymond Descat*. Ausonius, Bordeaux, 95-109.
- Hasenohr, C. 2015. Italiens et Phéniciens à Délos: organisation et relations de deux groupes d'étrangers résidents (IIe-Ier siècles av. J.-C.). In: Compantangelo-Soussignan, R.; Schwentzel, C.G. (Orgs.). *Étrangers dans la cité romaine: «Habiter une autre patrie»: des incolae de la République aux peuples fédérés du Bas-Empire*. Presses Universitaires de Rennes, Rennes, 77-90.

- Hodos, T. 2019. Interações coloniais no Mediterrâneo global da Idade do Ferro. *Esboços: histórias em contextos globais* 26: 597-635.
- Horden, P.; Purcell, N. 2000. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Wiley-Blackwell, Hoboken.
- Jones, A.H.M. 1940. *The Greek City from Alexander to Justinian*. Sandpiper Books, Oxford.
- Karvonis, P. 2008. Les installations commerciales dans la ville de Délos à l'époque hellénistique. *Bulletin de Correspondance Hellénique* 132: 153-219.
- Ma, J. 1999. *Antiochos III and the cities of Western Asia Minor*. Oxford University Press, Oxford.
- Ma, J. 2003. Peer Polity Interaction in the Hellenistic Age. *Past & Present* 180: 9-39.
- Malkin, I. (Ed.). 2005. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Routledge, London.
- Malkin, I. 2013. *A Small Greek World: Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford University Press, Oxford.
- Marc, J.Y. 2000. Combien y avait-il d'agoras à Délos? *Ktêma* 25: 41-45.
- Martin, R. 1951. Recherches sur l'agora grecque: études d'histoire et d'architecture urbaines. Editions de Boccard, Paris.
- Montero, P. 2016. "Religiões públicas" ou religiões na esfera pública? Para uma crítica ao conceito de campo religioso de Pierre Bourdieu. *Religião & Sociedade* 36: 128-150.
- Morales, F. 2015. *Atenas e o Mediterrâneo romano: espaço, evergetismo e integração*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Morales, F.; Silva, U. 2020. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História* 40: 125-150.
- Morris, I. 2003. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review* 18: 30-55.
- Oliver, G.J. 2013. Citizenship: inscribed honours for individuals in Classical and Hellenistic Athens. In: Couvenhes, J.C.; Milanezi, S. (Eds.). *Individus, groupes et politique à Athènes de Solon à Mithridate*. Presses Universitaires François-Rabelais, Tours, 273-292.
- Osborne, M. J. 1981-1984. *Naturalization in Athens* (volumes I, II and III-IV), Brussels, Palais der Academiën.
- Overtoom, N.L. 2019. The Power-Transition Crisis of the 160s-130s BCE and the Formation of the Parthian Empire. *Journal of Ancient History* 7: 111-155.
- Overtoom, N.L. 2020. *Reign of Arrows: the Rise of the Parthian Empire in the Hellenistic Middle East*. Oxford University Press, New York.
- Perrin-Saminadayar, É. 2005. Image, statut et accueil des étrangers à Athènes à l'époque hellénistique. In: *Actes du colloque organisé par le CERHI, Saint-Etienne, 2004, Saint-Étienne*.
- Pollitt, J.J. 1993. Response: J. J. Pollitt. In: Green, P. (Ed.). *Hellenistic History and Culture*. University of California Press, Berkeley, 90-102.
- Purcell, N. 2016. Unnecessary Dependences: Illustrating Circulation in Pre-modern Large-scale History. In: Belich, J. et al. (Eds.). *The Prospect of Global History*. Oxford University Press, Oxford, 65-79.
- Robert, L. 1969. Théophraste de Mytilène à Constantinople. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 113: 42-64.
- Roussel, P. 1916. *Délos, colonie athénienne*. Editions de Boccard, Paris.
- Shear Jr, L. 1981. Athens: From City-State to Provincial Town. *Hesperia* 50: 356.

- Taylor, C.; Vlassopoulos, K. (Eds.). 2015. *Communities and Networks in the Ancient Greek World*. Oxford University Press, Oxford.
- Trümper, M. 2011. Where the Non-Delians met in Delos: The Meeting-Places of Foreign Associations and Ethnic Communities in Late Hellenistic Delos. In: van Nijf, O.; Alston, R. (Eds.). *Political Culture in the Greek City after the Classical Age*. Leuven, Peeters Publishers, Leuven, 49-100.
- Tully, J. 2021. Socially Embedded Benefaction on Delos. In: Zuiderhoek, A.; Domingo Gyax, M. (Eds.). *Benefactors and the Polis: The Public Gift in the Greek Cities from the Homeric World to Late Antiquity*. Cambridge University Press, Cambridge, 179-198.
- van Nijf, O.M.; Alston, R. 2011. Political Culture in the Greek City After the Classical Age: Introduction and Preview. In: van Nijf, O.M.; Alston, R. (Eds.) *Political Culture in the Greek City After the Classical Age*. Peeters Publishers, Leuven, 1-26.
- Veyne, P. 1969. *Panem et Circenses: l'évergétisme devant les sciences humaines*. *Histoire, Sciences Sociales* 24: 785-825.
- Veyne, P. 1976. *Le Pain et le Cirque: Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Le Seuil, Paris.
- Vlassopoulos, K. 2007a. Beyond and Below the Polis: Networks, Associations, and the Writing of Greek History. *Mediterranean Historical Review* 22: 11-22.
- Vlassopoulos, K. 2007b. *Unthinking the Greek polis ancient Greek history beyond Eurocentrism*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Vlassopoulos, K. 2013. *Greeks and Barbarians*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Wolf, G. (2020). *The Life and Death of Ancient Cities: A Natural History*. Oxford University Press, Oxford.
- Wycheley, R.E. 1962. *How the Greeks Built Cities*. W. W. Norton & Co Inc., New York.
- Zarmakoupi, M. 2018. The Urban Development of Late Hellenistic Delos. In: Martin-Mcauliffe, S.L.; Millette, D.M. (Eds.). *Ancient Urban Planning in the Mediterranean*. Routledge, London, 28-49.
- Zuiderhoek, A. 2017. *The Ancient City*. Cambridge University Press, Cambridge.